

ENSINO RELIGIOSO NA PERSPECTIVA DA ESCOLA: UMA IDENTIDADE PEDAGÓGICA

RELIGIOUS EDUCATION IN THE PERSPECTIVE OF THE SCHOOL:
AN EDUCATIONAL IDENTITY

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira^(*)

RESUMO

A revolução da educação teve enorme impacto nos últimos dois séculos. O ensino se generalizou e passou a ser obrigatório, enquanto o tempo gasto no banco escolar aumentou e os conteúdos ganharam diversidade - em suma, pode-se dizer que o próprio conceito de educação mudou. Para a maioria dos países, a educação é hoje entendida como um dos grandes desafios do desenvolvimento social. Nesse contexto, o ensino religioso, incluído no currículo das escolas brasileiras, representa a conquista de um espaço pelas instituições religiosas, assumindo o papel de formar o cidadão - e tornando-o capaz de interpretar o que lhe acontece diariamente e de agir na sociedade a que pertence.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. História da educação. Ensino Religioso. Componente curricular.

ABSTRACT

The educational revolution was one of those with the greatest impact during the last two centuries. Elementary education popularized, became compulsory in many countries, the time to be spent in school increased and its contents were diversified. One could say that the concept of education changed and in most of the countries education is today foreseen as one of the most challenging realities of the future. In this context, religious education, as an element integrated in the Brazilian schools curriculum, means a conquest of a real space for the religious institutions and assumes a new role with the aim of bringing up the citizen, making him able to interpret his everyday life in a pluralist society and enabling him to take part in that society as an active citizen.

KEY WORDS: Education. History of education. Religious Education. Curriculum element.

(*) Doutor em Ciências da Educação – Programa de Ensino Religioso pela Universidade Pontifícia Salesiana de Roma (Itália). Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR. Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Religião <<http://www.gper.com.br>>. Editor da Revista Diálogo Educacional e Co-Editor da Revista Pistis & Praxis. E-mail: srjunq@uol.com.br

Este texto é o resultado de uma reflexão que busca dar subsídios para responder a uma questão – o ensino religioso, presente no currículo das escolas brasileiras, deve ser distinto para as instituições públicas e as particulares? Se compreendermos o ensino da religião como integrante da área do conhecimento, teremos de fazer o mesmo questionamento para as demais matérias, da língua portuguesa à matemática. O desafio que aqui proponho é portanto o de entender uma proposta pedagógica para a educação brasileira a partir da visão desafiadora de toda a escolarização nacional, levando em consideração a perspectiva da história e a epistemologia da educação.

O ensino predominante visa a construção (produção) do conhecimento. Ele se caracteriza pela promoção do debate, da hipótese divergente, da dúvida (real ou metódica), do confronto de idéias, das informações discordantes e também da exposição de conteúdos. Igualmente conhecemos o ensino que visa a transmissão – e se caracteriza pelo silêncio, pela concordância, pela subserviência, pela aversão à dúvida metódica, pela repressão e até punição à hipótese divergente, pelo monopólio da informação e da interpretação nas mãos do professor que freqüentemente trabalha com informações arcaicas e descontextualizadas sob os aspectos antropológicos, sociológicos e históricos (BECKER, 1993, p. 130).

Entretanto, para além desses modelos, a educação hoje passa por uma revisão. Vivemos uma época em que a consciência da diversidade cultural entre os países realmente se mostra acentuada. Nunca, como no atual momento histórico, o respeito à diversidade cultural foi tão reivindicado. Estamos ao mesmo tempo conscientes da unidade do destino do homem em todo o planeta e das diferenças culturais de cada povo³. Diante desse contexto, surge um repensar da educação, uma revisão da escola. Nas últimas décadas, nossa tarefa de educadores cristãos foi submetida à mesma revisão que atingiu tudo o que se refere à educação.

De fato a escola passou por uma revisão como meio de educação – em especial, de educação cristã –, e isso a partir de diversas perspectivas filosóficas, pedagógicas, sociais e pastorais. A revisão alcançou os objetivos da tarefa educacional, seus métodos e destinatários.

A criança age sobre situações concretas criadas pelo educador; e ao agir, ela assimila novos conceitos e adquire novas habilidades, refaz conceitos anteriormente adquiridos e altera as estruturas mentais. Somente esse refazer torna possível a verdadeira aprendizagem, essa sim estável, duradoura, e não o simples adestramento que é, queiramos ou não, o que tentamos impingir às crianças em nossas escolas (LEITE, 1989, p. 3).

O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um “depósito” do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio ser humano, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, torna-se uma peça. O destino do homem deve ser o de criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação.

A mudança não é trabalho exclusivo de alguns profissionais, mas sim daqueles que a escolhem (FREIRE, 1979, p. 52); se a vocação ontológica do ser humano é a de ser sujeito e não objeto, só poderá desenvolvê-la na medida em que, refletindo sobre as condições “espaço-temporais”, nelas se introduzir de maneira crítica. Quanto mais ele for instigado a refletir sobre sua situação e seu enraizamento “espaço-temporal”, mais conscientemente “carregado” de compromisso com a realidade emergirá dela – em relação à qual, a propósito, porque é sujeito, não deve ser simples espectador, mas sim interventor eficaz.

A prática não passa de uma estratégia que torna possível a apreensão da teoria; essa não passa de um conteúdo conceitual, desvinculado de qualquer prática anterior e transmitida pelo ensino. O conhecimento aparece aqui como tributário de uma fonte e externo ao sujeito. A teoria foi trazida pelo professor, que não questiona sua origem. A prática é um recurso sensorial que permite a retenção da teoria pelo sujeito da aprendizagem – e que não interroga sobre as condições prévias.

A sensibilização, considerada geradora de integração, é a denominada “sensibilização geral”. Ela tem como objetivo trabalhar a postura, as atitudes e as percepções do aluno – em geral, dinâmicas, onde estão presentes as atividades não-verbais, os jogos, as artes, as trocas de papéis e as projeções (FAGALI, 1993, p. 23).

Nesse contexto, encontra-se o processo da escolarização do ensino religioso. A princípio, o trabalho na escola refletia o que se realizava na paróquia, modelo caracterizado acima de tudo por um código doutrinal (dogma, moral, sacramentos) – o sobrenatural diretamente revelado de Deus –, o professor, de autoridade concedida pela Igreja, apresentava um catecismo segundo uma linguagem neo-escolástica. Pois a catequese era concebida sobretudo como uma introdução sistemática e orgânica do catecismo e que tinha por finalidade primeira o conhecimento intelectual das verdades de fé. Na prática esse tipo de catequese fazia aprender de memória, recitando perguntas e respostas do catecismo oficial. As explicações privilegiavam o sentido das palavras e não necessariamente o conteúdo. O caráter intelectual ou cognitivo dessa catequese era

absolutamente dominante. A formulação exata e integral desse código doutrinário era reservada ao magistério da Igreja – e aprofundada pela teologia.

Progressivamente, existe a introdução de elementos psicopedagógicos que influenciam na seleção de conteúdos e estratégias e nos subsídios. Existe uma preocupação de compreender a experiência do aluno. A fidelidade ao ser humano explicita-se na preocupação com o processo de ensino-aprendizagem da fé cristã, buscando procedimentos didáticos apropriados.

De acento inicial sobre o conteúdo, percebe-se uma alteração que dirige o foco sobre o aluno e o método adequado. Tal “preocupação” ganha ressonância na Alemanha, na Áustria, na França e na Bélgica, com os catequistas convictos da necessidade de renovar o método de catequese. É interessante recordar que ela é realizada sobretudo na escola, o que influencia os estudos sobre o processo sistemático do ensino da religião (GEVAERT, 1995, p. 23). Nesse contexto, o conceito de Pastoral é ampliado, assim como o agir da Igreja; e progressivamente chama a atenção a preocupação de marcar a escola como espaço privilegiado da presença eclesial.

Desse movimento nasce outro, agora não mais uma simples preocupação com o conteúdo, o método ou mesmo o sujeito, mas sim com esses elementos considerados em conjunto, um paradigma que identifica o todo, a escola. Ou ainda: o conteúdo, o método e a atenção ao sujeito devem resultar na escolarização da disciplina, reforçando a presença eclesial. Não é o caso portanto de continuar com uma identidade paroquial na escola, mas sim confrontar corajosamente a identidade desse espaço, que possui uma função social e eclesial.

PRESSUPOSTOS DO ENSINO RELIGIOSO BRASILEIRO

O ensino religioso faz parte do currículo por estar alicerçado nos princípios da cidadania, do entendimento do outro e da formação integral do educando. Pois, ainda que muitos neguem ser religiosos, é um dado histórico que o indivíduo foi preparado para ser religioso assim como foi preparado biologicamente para falar determinada língua, gostar disto ou daquilo, comer etc. – o ser religioso, afinal, é um dado antropológico, cultural.

Esse ensino, que é componente do currículo, trata do conhecimento da religião – conhecimento que não é mera informação de conteúdos religiosos, um saber pelo saber. Não significa, portanto, a transmissão de informações sobre o fenômeno religioso como é mencionado em livros das outras disciplinas

ou como antes se fazia nas “aulas de religião”. Trata-se de um conhecimento que, em uma visão pedagógica progressista, dá valor ao saber em si: o educando conhecerá ao longo do Primeiro Grau os elementos básicos que compõem o fenômeno religioso para que assim possa entender melhor a sua busca do transcendente.

Um ensino que remete ao convívio social dos educandos, intensificando o respeito à tradição religiosa herdada da família e à liberdade de expressão. Pois, é no respeito mútuo que se cultiva a reverência ao transcendente que é UM, mas também é MAIS pelas inúmeras formas de expressão conforme as culturas. Só assim o educando será capaz de desenvolver o entendimento mútuo, a paz e a fraternidade. Desse modo, fica claro que o ensino religioso não quer fazer prosélitas (seguidores) de qualquer tradição.

Por meio de conteúdos a intenção é transmitir informações sobre a composição do fenômeno religioso, organizadas em seqüência cognitiva e em respeito às características do desenvolvimento religioso do indivíduo. Para tal, o ensino religioso se apresenta organizado segundo as teologias, os textos orais e escritos sagrados e os ritos e “ethos”, todos eles influenciados pelas tradições religiosas expressas na diversidade da cultura brasileira (FONAPER, 2001, p. 22-26).

O ENSINO RELIGIOSO COMO ÁREA DO CONHECIMENTO

A partir da reforma de 1996 da educação nacional, as áreas do conhecimento são entendidas como marcos estruturados de leitura e interpretação da realidade, essenciais para garantir a participação do cidadão na sociedade, caracterizando a orientação no dia-a-dia da sala de aula e desafiando um novo olhar sobre o processo de ensino-aprendizagem.

Tal concepção é traduzida na prática por meio dos princípios gerais a serem realizados no cotidiano escolar, expressos pelo currículo como um elo entre a teoria educacional e a prática pedagógica – ou ainda, entre o planejamento e a ação. Com esse objetivo, cada componente curricular serve aos estudantes para estimular o domínio das diferentes linguagens, a compreensão dos fenômenos, sejam físicos ou sociais, a elaboração das propostas e o enfrentamento das situações do dia-a-dia.

Nessa perspectiva, a atual concepção de ensino religioso, ao orientar-se para uma definição enquanto componente curricular, demonstra que o *religioso* assumiu a visão original – ou seja, *relegere* (reler), releitura do fenômeno re-

ligioso a partir do convívio dos alunos, o que constitui objeto de estudo de conhecimento, na diversidade cultural religiosa do Brasil, sem eleger uma ou outra forma de religiosidade. O conceito a partir do *relegere* pode desencadear o proselitismo, visto que se constitui no entendimento dos valores da ética religiosa segundo a ótica ocidental. Considerar a relação de fraternidade como sendo o princípio fundamental do “fenômeno religioso” é inaceitável, por exemplo, a partir de uma postura rigorosamente teocêntrica. A solidariedade humana é um epígono de conduta, epígono esse que é periférico em relação ao experimentar do transcendente/imaneente de uma consciência taoísta, hinduísta ou islâmica, por exemplo (FONAPER, 1998).

“[...] Não apenas os filósofos, mas também os nossos antepassados distinguiram a superstição da religião. Aqueles que todos os dias rezavam aos deuses e faziam sacrifícios, porque os seus filhos sobreviveram a eles mesmos, foram chamados de supersticiosos, palavra que depois assumiu significado mais amplo; ao invés daqueles que consideravam com cuidado e, por assim dizer, faziam atenção a tudo o que se referia ao culto dos deuses, eles foram chamados de religiosos, elegante derivação de *relegere*, assim como *eligere* o é de escolher; *diligere*, de esmerar; *ter cuidado*; *intelligere*, de compreender – em todos esses termos, o sentido é o mesmo de *legere*, que é o *religiosus* [...]” (CICERONE, 1998, p. 214, tradução livre).¹

A concepção de Cícero se encontra em *De natura deorum*, livro que data de 45 a.C.. Ela representa um exemplo da crença tradicional ao culto oficial, expressando com clareza a crítica sobre a doutrina estoíca e epicúrea no que se refere à natureza divina (CICERONE, 1998, p. 33-37).

Esse filósofo propôs *religio* como o culto aos deuses segundo os costumes dos ancestrais, sendo a melhor religião a mais antiga exatamente por estar mais próxima dos deuses – um conjunto de crenças e práticas próprias de uma sociedade, que assim honra seus deuses e merece o respeito das outras comunidades. Exemplo histórico: o reconhecimento dos romanos aos judeus do direito de praticar livremente no império o culto monoteísta a Javé, situação na qual lhes foi concedido o estatuto jurídico de *religio licita*. Compreendeu-se então muito bem que o termo *religio*, ainda que estivesse relacionado a re-

¹ CÍCERO (De natura deorum, II, 28) “[...] non enim philosophi solum, verum etiam maiores nostri superstitionem a religione separaverunt, nam qui totos dies precabantur et immolabant, ut sibi sui liberi superstites essent, superstitiosi sunt appellati quod nomen patuit postea latius; qui autem omnia quae ad cultum deorum pertinerent diligenter retractarent et tamquam relegerent, (i) sunt dicti religiosi ex relegendo, (tamquam) elegantes ex eligendo, (tamquam) (ex) diligendo diligentes, ex intellegendo intellegentes; his enim in verbis omnibus inest vis legendi eadem quae in religioso [...]”.

alidades religiosas diversas, qualificava sistemas em coerência com crenças e práticas enraizadas na cultura particular de um povo – conceito esse que nada tem de exclusivo. E. Durkein iria retomar esse sentido 18 séculos mais tarde ao definir religião, na qualidade de sociólogo, como um sistema solidário de crenças e práticas relativas a coisas sagradas (MENSILIN, 1992, p. 24-25).

Assim, o termo *religio*, que entre os romanos tinha conotação diferente da atual, designava a prática da observância cultural no respeito e na piedade devidos aos poderes superiores. Observância, ressalte-se, que se fundamentava na tradição.

Muitas vezes é por meio da religião que o homem se define em relação ao mundo e aos seus semelhantes. É a religião que empresta um sentido, constituindo aos fiéis fonte de informação. Ela funciona como um modelo para o mundo, orientando as ações e apresentando explicações a questões vitais (De onde vim? Para onde vou? Qual o sentido da existência?). A religião também fornece respostas às três ameaças que pesam ao longo da vida: o sofrimento, a ignorância e a injustiça.

A religião pode ser considerada como um comportamento instintivo, característico do homem, cujas manifestações são observadas através dos tempos em todas as diferentes culturas, a partir da busca da compreensão de si mesmo e do mundo e da consideração aos fatos inconsoláveis e desconhecidos (JUNQUEIRA, 2002, p. 86-89).

O ser humano, nos mais distantes cantos do planeta, estruturou a religião e indicou significados ao seu “caminhar”, desse modo estabelecendo ritos, histórias e outras formas para “retomar o que estaria rompido” (SCHLESINGER; PORTO, 1995, p. 2189).

A referência das religiões ao sagrado apresenta impressionante variedade de concretizações e mediações. Não existe acontecimento natural ou vital que tenha deixado de ser sacralizado por alguma cultura. A experiência, o fato, o fenômeno ou o objeto podem ser “hierofânicos”, isto é, revelador do divino, para os seres humanos em sua busca de transcendência. Portanto, o “mistério” não pode ser explicado, mas sim apenas tangenciado, as religiões e as hierofanias o revelam e ocultam a um só tempo. Dessa forma, os símbolos religiosos são mediações que nunca conduzem plenamente ao TODO, apenas o sinalizam. Podemos dizer que a maneira como as religiões olham para o sagrado e dela se avizinham é assim perpassada por uma ambigüidade intrínseca à experiência religiosa.

As condições necessárias a uma correta compreensão do fenômeno religioso são:

- o uso de um instrumento metodológico reconhecidamente isento
- a análise da constância de determinados valores ou credos ao longo do tempo
- a utilização de documentos primários, evitando qualquer tipo de classificação histórica ou sociológica na tentativa de explicar o momento fundamental do fenômeno religioso.

Comparando-se o fenômeno religioso ao social ou similar, podemos dizer que a estrutura do homem é definida pelo sistema de relações com os outros homens (OLIVEIRA, 1997, p. 36-42). Poder-se-ia descrever o fenômeno religioso como um mundo de estrutura baseada nas relações? Mas com quem o homem se relaciona na religião? No fundo de toda a situação verdadeiramente religiosa, encontra-se a referência aos fundamentos últimos do indivíduo – e que dizem respeito à origem, ao fim e à essência. O problema religioso toca o homem em sua raiz ontológica. Não se trata de fenômeno superficial, mas sim do indivíduo entendido como um todo. Pode se caracterizar o religioso como “a zona de sentido da pessoa”. Em outras palavras, a religião tem a ver com o sentido último do indivíduo, da história e do mundo (ZILLES, 1991, p. 6-7).

A preocupação dos especialistas em estabelecer a compreensão etimológica dos termos utilizados na formatação do atual modelo teve o objetivo de favorecer a estruturação curricular do ensino religioso, sobretudo em um país de significativas diferenças culturais, diferenças essas que interferem no andamento psicopedagógico da disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao organizar os estudos do que é religioso, percebem-se duas perspectivas: uma funcional e outra substancial, própria da religião. Ou seja: na funcional, a religião é o elo fundamental que estabelece as relações entre os homens, interfere na funcionalidade desse grupo e define os valores éticos e morais; já na perspectiva substancial, ela é entendida como o relacionamento do mundo invisível com o visível, o sagrado e o transcendente. Seja qual for o método, porém, estuda-se a religião como resposta funcional à necessidade do “estar religioso”, levando-se em conta o pressuposto de que a experiência religiosa é a identificação dos valores do homem, percebido no singular (indivíduo) ou no plural (coletivo), e atribuindo particular importância à própria identidade, colocada sobre esfera altamente simbólica que busca garantir o caráter sacro.

De modo progressivo a religião também se torna elemento da cultura, pois, à medida que se institucionaliza, cria um sistema organizado, modelos de conduta que interferem em todas as ações do homem.

Um dos elementos que vem garantindo a religião como instituição é o processo de formação e transmissão de significados, parte integrante da cultura global. Essa transmissão tem sido feita por meio de determinados agentes, como grupos religiosos, meios de comunicação, escola e família, entre outros – eles são garantia da perpetuação das informações e da postura de conduta.

A religião é ainda um fator de integração social, o comportamento religioso interferindo no relacionamento dentro de um grupo. Alguns sociólogos chegam inclusive a apresentar como característica da religião a dimensão de integração que ela proporciona.

Entretanto, a religião é capaz de promover forte processo de desintegração à medida que, no interior da sociedade, eclode um pluralismo religioso, ou então uma significativa alteração na organização social e no processo de transmissão dos grupos religiosos. É verdade que a religião promove a manutenção do *status quo*, mas também provoca alterações econômica, políticas e sociais.

Com o desenvolvimento industrial e urbano, percebe-se uma profunda alteração no campo religioso, caso da crise na credibilidade da instituição religiosa vigente como depositária do magistério doutrinal e disciplinar. Existe uma queda na prática religiosa, uma defasagem entre as orientações da hierarquia e o dia-a-dia da população. A instituição religiosa é pouco a pouco marginalizada. Termos como “dessacralização”, “secularização”, “paganização”, “desmitologização” e “desconfessionalidade” passam a fazer parte das reflexões dos responsáveis pela transmissão da cultura religiosa.

Existe uma crescente autonomia da sociedade em relação à instituição eclesial, espécie de confronto entre o sacro e o profano. A sociedade industrial tem se caracterizado por essa polaridade e é responsabilizada pelo significativo processo de transformação religiosa que altera a produção sócio-cultural, exige novo conhecimento e acelera a diferença social, alterando o controle sobre o poder e o saber. Fenômenos como o anonimato, a autonomia e a tolerância moral interferem de fato no comportamento dos indivíduos.

A instituição religiosa denomina essa alteração de secularização. Mas o termo secular é usado a partir de Max Weber e Ernst Troeltsch como instrumento descritivo e analítico, carregado de múltiplos significados. As raízes da palavra secular provêm do latim “saeculum”, que significa época, tempo,

geração – nos escritos cristãos, refere-se ao mundo que é mortal. O século é considerado como negativo, o que é temporal não tem valor. Os seculares, ou seja, os homens que são do mundo, diferem dos monges.

A palavra secularização, segundo Lübbe, teria sido usada pela primeira vez no Tratado de Westfalia (1648) para indicar a liquidação dos domínios religiosos e indenizar os príncipes de Brandenburgo, com a transferência das terras eclesiásticas para o poder real. O termo mais tarde passou à vida política e ao direito canônico, indicando o retorno do religioso ao “mundo”. Em 1930, o termo secularização recebeu um conceito técnico, segundo Becker – a passagem de uma sociedade sacra e fechada para aquela profana e aberta.

A questão do sacro e profano está sempre no interior das reflexões, no que se refere à discussão da relação entre as instituições religiosas e a sociedade que as acolhe ou rejeita. Encontramos diversos modelos de secularização ou dessacralização do “mundo”; no Ocidente, cada nação contou com diversas variáveis ao passar por esse processo.

A reflexão sobre a transformação religiosa na sociedade urbana e industrial faz parte do cotidiano; a partir dela, percebe-se uma alteração no sentido de pertencer a uma instituição religiosa. Os sociólogos, ao estudarem a questão da vitalidade das instituições, ressaltam que um dos critérios é a quantificação e a qualificação da presença e da participação no culto. Le Brás, em 1931, propôs uma distinção: os “incidos” (observam as práticas mais importantes como os sacramentos e os momentos existenciais, casamento e morte), os “separados” (batizados, mas sem apresentar qualquer tipo de participação), os “observantes” (boa prática dominical, pouca participação na vida eclesial) e os “devotos” (empenho eclesial). A alteração social, sem dúvida, influenciou o ato de pertencer a uma religião – a cultura, em geral, é cada vez mais independente daquela religiosa; como já foi referido, o fenômeno da autonomia e o do anonimato produzem significativas consequências no sentimento de pertencer eclesial.

Dentre as dimensões que interferem nesse sentimento, uma variável da transformação da prática religiosa, destaca-se o afetivo do indivíduo em relação à instituição e/ou o grupo religioso ao qual é iniciado ou considerado com tal. No interior dessa questão, colocamos frente a frente a religiosidade popular, os valores e as estruturas que a população – em especial, a economicamente excluída –, organiza para animar a experiência religiosa, sobretudo em relação à religião oficial.

O povo estabelece, segundo sua identificação, elementos que facilitam o relacionamento com o fato religioso – fato esse, em geral, incompreendido

pelo grupo oficial da instituição religiosa. Existe uma releitura da experiência religiosa a partir da perspectiva cultural própria de um grupo que não tem acesso à hierarquia eclesial.

Diante de um quadro de profundas alterações sociais, econômicas e políticas, as instituições religiosas também se encontram em transformação. Existe o fenômeno do distanciamento da instituição religiosa, o do renascimento das religiões de caráter espiritualista, oriental, assim como o despertar vocacional nos quadros eclesiais. Essa tendência, a busca de pertencer a grupos religiosos, caracteriza um novo momento da sociedade – mas também não pode ser desconsiderada a tendência da manutenção de uma religião, ou melhor, das instituições religiosas de caráter tradicional, onde elementos questionadores não são tão percebidos. Trata-se do futuro ou do retorno ao passado? Na história da educação nacional está sendo redigido outro capítulo – a ousadia de propor a discussão do desenvolvimento do indivíduo nas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

- BECKER, F. *A epistemologia do professor; o cotidiano da escola*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 130.
- CICERONE. *La natura divina*. 4. ed. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1998.
- FAGALI, E. *Psicopedagogia institucional aplicada* (A aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula). Petrópolis: Vozes, 1993.
- FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Audiência Pública no Conselho Nacional de Educação*. Brasília: Mimeo, 1998.
- FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Referencial Curricular para a proposta pedagógica da escola*. Curitiba: FONAPER, 2001.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GEVAERT, J. *Antropologia Catechética*. Roma: UPS, 1995.
- JUNQUEIRA, S. *O processo de escolarização do Ensino Religioso*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LEITE, A. *Cores-furos: material concreto na linha de Piaget*. São Paulo: Manole, 1989.
- MESLIN, M. *A experiência humana do divino. Fundamentos de uma antropologia religiosa*. Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, F. *A experiência de Deus*. Pelotas: Educat, 1997.

SCHLESINGER, H.; PORTO, H. *Dicionário Enciclopédico das Religiões*. Petrópolis: Vozes, 1995. 2 v.

ZILLES, U. *Filosofia da religião*. São Paulo: Paulinas, 1991.

Recebido em 02/06/2009

Aprovado em 03/08/2009